



EDITAL

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026-PREF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 169/2026

DATA DE ABERTURA: 30/04/2026. HORÁRIO: 09h00m

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014, COM SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES E DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 08h59min. do dia 30/04/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO: 30/04/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 30/04/2026, às 09h15min.

PLATAFORMA VIRTUAL: <https://www.licitanet.com.br/>.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da [Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014 com suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº. 233/2025 e exigências estabelecidas neste Edital.

Este pregão será conduzido pelo Pregoeiro **Kauan Batista Marins**, com o apoio da respectiva Equipe de Apoio, que irá participar e auxiliar na análise, discussão e deliberação das decisões e atos praticados nesse processo.

Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública, a critério exclusivo da **Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO**, através do Setor de Licitação, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

São atribuições do Pregoeiro e Equipe de Apoio: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e

Prefeitura Municipal de Cariri

📍 Avenida Bernardo Sayao, s/n - Centro - Cariri do Tocantins - TO CEP 77453-000 📞 (63) 3383-1165

✉️ prefeitura.cariri2528@gmail.com CNPJ: 37.344.397/0001-49

decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela equipe responsável pela elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E BUFFET EM COMEMORAÇÃO A FESTIVIDADE "DIA DAS MÃES" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 08 DE MAIO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.**

1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência, em anexo.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Cariri do Tocantins – TO, conforme abaixo:

Dotação Orçamentária	0303.0029.13.392.0150.2059– REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES, DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS CULTURAIS.
Elemento de Despesa	3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso	15000000000000 – RECURSOS PRÓPRIOS

2.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Para participar, os licitantes deverão providenciar o seu credenciamento, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade dos participantes o cadastro prévio do sistema eletrônico.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: provedor@licitanet.com.br.

3.3. É de responsabilidade dos licitantes, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.4. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular na plataforma virtual Licitanet.

3.5. A presente licitação dará prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sediadas local ou regionalmente, conforme Decreto Municipal nº 233/2025, benefício que se estabelece em face das peculiaridades municipais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social.

3.6. A presente licitação dará tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014, com suas posteriores alterações e Decreto Municipal nº 233/2025.

3.7. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

3.7.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.7.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, da Lei nº. 14.133, de 2021;

3.7.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, bem como a fase de julgamento das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

4.4. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), nos termos do art. 63, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

4.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparadas, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

4.8. A proposta final e os documentos de habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento o julgamento das propostas e o envio dos documentos respectivamente.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.9.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, que conhece e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

4.9.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.3. que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;

4.9.4. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.9.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.9.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

5.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

5.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

5.1.2. Marca de cada item ofertado;

5.1.3. Modelo de cada item ofertado;

5.2. Todos os dados contidos na proposta vinculam a contratada.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, poderão ser desconsiderados, desde que o licitante justifique e o Pregoeiro aceite, podendo ser realizado até o final da fase de negociação. Após a negociação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Será desclassificada a proposta que:

6.2.1. conter vícios insanáveis;

6.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.2.3. apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.2.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

6.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.2.6. que identifique o licitante.

6.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do(s) item(ns), poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do(s) item(ns) ou da área técnica especializada no(s) item(ns).

6.4. A recusa da(s) proposta(s) será(ao) sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta inicial não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário na fase de julgamento das propostas.

6.6. O Pregoeiro analisará previamente as propostas iniciais em relação ao subitem 6.2., no que couber. Após a análise, o sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. Os lances deverão ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando as regras estabelecidas no Edital.

6.10. Os licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$: 0,50 (cinquenta) centavos**, no tempo mínimo de 01 (um) segundo.

6.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances em geral não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO".

6.13.1. MODO DE DISPUTA ABERTO:

6.13.1.1. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.13.1.3. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.13.1.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

6.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na plataforma virtual Licitanet (<https://licitanet.com.br/>), com data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Empate ficto:

6.20.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006.

6.20.2. As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada naquele item.

6.20.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.4. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Regionalização:

6.21.1. Conforme dispõe o art. 9º do Decreto Municipal nº. 233/2025, de modo a atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da

eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º da mesma lei e no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, terá prioridade de contratação as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente que se encontrem no limite de até 10% (dez por cento) superior a melhor proposta ou melhor lance ofertado naquele item.

6.21.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. A prioridade será para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas no Município de Cariri do Tocantins/TO.

6.21.4. Não tendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas no Município de Cariri do Tocantins/TO, cuja proposta esteja no limite de até 10% (dez por cento), a prioridade será dada para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas regionais e, em último caso, as demais sediadas em outros municípios do Estado do Tocantins.

6.21.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparada sediada local ou regionalmente desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. Considera-se âmbito regional: Região Metropolitana de Gurupi, instituída pela Lei Complementar nº. 93, de 3 de abril de 2014, integrada pelos Municípios de Gurupi, Aliança do Tocantins, Figueirópolis, Dueré, Lagoa da Confusão, Crixás do Tocantins, Cariri do Tocantins, Sucupira, Peixe, Jaú do Tocantins, São Valério da Natividade, Alvorada, Palmeirópolis, Araguaçu, Sandolândia, Formoso do Araguaia, Talismã e São Salvador do Tocantins.

6.21.8. O disposto neste subitem anterior (regionalização) somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por ME, EPP, Microempreendedores Individuais e equiparadas.

6.22. Empate real:

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.24. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro recusar a proposta, por qualquer motivo que seja, e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.25. Na participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto e regionalização, previsto

na LC nº. 123, de 2006 e no Decreto Municipal nº. 233/2025.

6.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27 Após a negociação dos preços, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.

6.28. O(s) licitante(s) vencedor(es) será(m) convocado(s) para apresentar(em) a planilha de custos e formação de preços se for o caso, e dos documentos de comprovação, em formato digital, preferencialmente em PDF para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados na plataforma de disputa no prazo máximo de 02 (duas) horas contados da solicitação do pregoeiro, responsável pela condução do certame.

7. DA INEXEQUIBILIDADE

7.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas com desconto superior a 30,0000% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração.

FÓRMULA:

VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO – 30,0000% (trinta por cento)

EX.:

ORÇADO DA ADMINISTRAÇÃO	– 30,0000% (trinta por cento)	= X
R\$ 1.000,00 (um mil reais)	– 30,0000% (trinta por cento)	= R\$ 700,00 (setecentos reais)

Conforme o exemplo:

- Os licitantes deverão encaminhar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores inferiores a R\$ 700,00 (setecentos reais), acompanhada de sua comprovação no momento solicitado pelo Pregoeiro.

- Os licitantes estarão dispensados de apresentar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores entre R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

7.1.1. A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.

7.1.2. A planilha de custos e formação de preços deverá conter, no mínimo, as seguintes informações;

7.1.2.1. Item, especificação, quantidade, unidade;

7.1.2.2. Custo unitário do item;

7.1.2.3. Custo total do item;

Prefeitura Municipal de Cariri

7.1.2.4. Margem de Lucro;

7.1.2.5. Preço Final;

7.1.3. Para comprovação de preços da planilha de custos e formação de preços, os licitantes deverão encaminhar documentos que comprovem a viabilidade dos preços apresentados, tais como notas fiscais e/ou contratos e/ou faturas e/ou orçamentos e/ou quaisquer outros elementos idôneos que demonstrem a compatibilidade dos valores ofertados com os custos necessários à execução do objeto.

7.1.3.1. A comprovação deverá estar harmonizada com os preços propostos e concatenada com a realidade de mercado.

7.1.4. Em caso da necessidade de esclarecimentos acerca da planilha de custos e formação de preços ou dos documentos de comprovação, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao(s) item(ns) e à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ata e do contrato, observando a aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. Encerrada a análise quanto a proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes deverão possuir cadastro na plataforma virtual Licitanet.

10.2. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação, bem como as declarações, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro.

11.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA NOS SEGUINTE CADASTROS:

10.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

10.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.3.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

10.3.4. As consultas mencionadas acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.4. As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.4.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de

condição de participação.

10.4.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos solicitados e anexados na plataforma virtual Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, bem como as declarações.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização.

10.9. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo convocado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparada com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação nos termos abaixo, seja por não apresentar os documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.12. Após encerrado o prazo de envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, para:

10.12.1. Complementação/comprovação de informações acerca dos documentos já apresentados.

10.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado.

10.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, **nomeados conforme o seu conteúdo**, afim de facilitar a análise,

sendo desaconselhado o envio de documentos não exigidos, de modo a não ocasionar dificuldades, atrasos ou prejuízos na análise da documentação de habilitação.

11. HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1. A habilitação jurídica será comprovada pelos seguintes documentos:

11.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 1971;

11.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última alteração consolidação, bem como de cópia do RG ou CNH (cópia ou digital) do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es).

12. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada pelos seguintes documentos:

12.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ao qual o documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

12.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº. 1.751, de 02/10/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

12.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.1.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, junto ao Estado sede da empresa licitante.

12.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, da sede da empresa licitante;

13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada pelos seguintes documentos:

13.1.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

13.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, dispensada a apresentação se a empresa for MEI;

13.1.2.1. A licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou equiparada optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

13.1.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

13.1.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº. 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

13.1.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

13.1.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os

riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos itens vencidos.

13.2. Devido à complexidade dos cálculos, os balanços serão submetidos à análise de profissionais habilitados do Município, os quais emitirão parecer técnico ao término da avaliação.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. A qualificação técnica será comprovada pelos seguintes documentos:

14.1.1. Apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços e/ou o fornecimento de itens compatíveis, em características/especificações, quantidades e prazo, com o objeto licitado, de maneira satisfatória (mínimo de 50% referente a totalidade dos serviços elencados).

14.1.1.1. Para fins de comprovação da capacidade, admitir-se-á a apresentação de um único atestado ou o somatório de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem experiência compatível com o objeto licitado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1.2. Deverão, ainda, ser apresentados os documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, quando exigidos, para fins de verificação da autenticidade e validade dos atestados apresentados.

14.1.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro, no prazo máximo de 02 (duas) horas, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos tais como notas fiscais, empenhos, etc.

14.1.2. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, em vigor emitida pela autoridade sanitária municipal ou estadual (documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante), conforme o caso, segundo o que dispõe a Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998 Gabinete Ministerial/Ministério da Saúde.

15. DECLARAÇÕES

15.1. As declarações exigidas são:

15.1.1. Declarações constantes no item 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, consolidadas ou não, contendo os dados do licitante e os dados do processo licitatório, devidamente assinada.

15.1.2. As declarações acima exigidas poderão ser substituídas por meio da declaração única disponibilizada pelo sistema (LICITANET).

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº. 14.133, de 2021.

- 16.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 16.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 16.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 16.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, sendo permitido em dois momentos.
- 16.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 16.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 16.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 16.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 16.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cariri.to.gov.br.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 17.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 17.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 17.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 17.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma virtual Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

20. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1. Após a homologação da licitação, realizada a vistoria, assinado a ata de registro de preços, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.2. O adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1. O Termo de Contrato ou instrumento equivalente será assinado preferencialmente por meio de assinatura digital.

20.2.2. Deverá ser assinado por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

20.2.3. O prazo previsto no subitem 20.2. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

20.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

20.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

20.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art., 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

20.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

20.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro

no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato na condição proposta pelo licitante vencedor.

20.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

20.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

20.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

20.8. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 20.6.

20.9. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

21.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

22.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

22.2. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133, de 2021.

22.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

22.4. Da entrega e critério de aceitação do objeto:

22.4.1. O prazo para as entregas dos itens/serviços serão aqueles constantes no Termo de Referência em anexo.

22.4.2. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

22.5. As regras acerca do recebimento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

22.6. Do Regime de execução:

22.6.1. A prestação dos serviços será de acordo com forma definida no Termo de Referência e Anexos.

22.6.2. Os serviços do objeto desta licitação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

22.6.3. A prestação do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

23.1. São obrigações da Contratante:

23.1.1. Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

23.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

23.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

23.1.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

23.1.5. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

23.2. São Obrigações da Contratada

23.2.1. Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

23.2.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

23.2.3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

23.2.4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

23.2.5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

23.2.6. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

23.2.7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

23.2.8. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

23.2.9. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

23.2.10. A montagem das estruturas de buffet, decoração e estúdios de fotos deverá observar rigorosamente as normas de **acessibilidade (NBR 9050)**, garantindo rotas acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto e da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observada a ordem cronológica de pagamentos da Unidade Administrativa, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

24.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

24.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

24.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.5. Previamente à cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

24.6. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

24.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá

comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

24.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

24.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

24.9.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

24.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, deverá ser atualizado monetariamente conforme determina a legislação.

24.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

25.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

25.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

25.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

25.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

25.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

25.1.2.4. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas;

25.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

25.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

25.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

25.1.5. Fraudar a licitação.

25.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

25.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

25.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

25.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

25.1.6.4. Abandonar o certame.

25.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

25.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

25.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

25.2.1. Advertência;

25.2.2. Multa;

25.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

25.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

25.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

25.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

25.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

25.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

25.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

25.5. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data

de abertura do certame.

26.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA na plataforma virtual: <https://www.licitanet.com.br/>.

26.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na plataforma virtual Licitanet no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

26.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

26.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

26.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela proponente.

26.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Todos os documentos deverão ser anexados pelos licitantes na plataforma virtual Licitanet, podendo os prazos para envio descritos neste edital ser prorrogados, desde que devidamente justificado e deferido pelo pregoeiro.

27.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á o resultado no sistema eletrônico.

27.3. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente na plataforma virtual Licitanet, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

27.4. Todas as comunicações serão formalizadas através da plataforma virtual Licitanet.

27.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.6. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

27.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e

incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.13. A Autoridade Superior poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

27.13.1. A anulação do pregão induz à da ata e do contrato.

27.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

27.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na plataforma virtual <https://www.licitanet.com.br/>, e também poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins, sediada na Avenida Bernardo Sayão, nº. 001, Centro, Cariri do Tocantins, nos dias úteis, no horário das 07h:30m às 13h00m, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

27.14.1. O Edital também pode ser solicitado pelo email: cplcariri2024@gmail.com.

27.15. O presente Edital e o contrato dele decorrente serão obrigatoriamente divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigência do Art. 94 da Lei nº 14.133/2021, como condição indispensável para sua eficácia.

28. ANEXOS

28.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

28.1.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

28.1.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CONSOLIDADO

28.1.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

28.1.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Cariri do Tocantins – TO, 10 de abril de 2026.

Elton Moreira Alves
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cariri

 Avenida Bernardo Sayao, s/n - Centro -
Cariri do Tocantins - TO CEP 77453-000  (63) 3383-1165

 prefeitura.cariri2528@gmail.com CNPJ: 37.344.397/0001-49

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA (TIMBRE DA EMPRESA)

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	
CNPJ (MF):	
Inscrição Estadual nº.:	Inscrição Municipal nº.:
Endereço:	
Telefone:	WhatsApp:
E-mail:	
Qualificação do responsável legal par assinatura da ata/contrato:	

Senhor Pregoeiro,

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX, cujo objeto é o **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E BUFFET EM COMEMORAÇÃO A FESTIVIDADE "DIA DAS MÃES" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 08 DE MAIO DE 2026, NO MUNICIPIO DE CARIRI DO TOCANTINS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL"**, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
03						

1.1. Preço total da proposta: R\$ XXXX (por extenso).

1.2. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX.

1.3. No preço indicado acima estão incluídos todos os custos, inclusive encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

1.4. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que o objeto será fornecido de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

1.5. Declaro que nossa empresa É/NÃO é optante do SIMPLES NACIONAL.

1.6. Declaro que examinei, minuciosamente, o pertinente Edital, seus Anexos, e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive do Setor de Licitação e/ou Pregoeiro, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos fornecimentos/serviços a executar.

1.7. Declaro que não será permitido qualquer espécie de interferência por parte da Contratante, por intermédio de seus agentes públicos, na gestão de recursos humanos da nossa empresa, especialmente na seleção de nossos profissionais afetos à prestação dos respectivos serviços.

1.8. Informo, desde já, que os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº _____, Agência nº. _____, Banco _____, Chave Pix e nome _____.

1.9. Declaro sob as penas da lei que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital do Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX, referente a _____.

1.10. Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII da CFRB/88.

1.11. Declaro para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX, instaurado por este município, que não estamos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

1.12. Declaro que estamos cientes e aceitamos as condições do Termo de Referência especialmente as fixadas para pagamento e execução contidas no Edital e seus anexos.

1.13. Informo, desde já, que o preposto para representar a empresa durante a vigência da ata/contrato será: (qualificação do preposto)

Local, _____ de _____ de _____

Nome Empresarial
CNPJ

Nome do Representante Legal

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. XXX/XXXX-XXX

QUE FAZEM ENTRE SI A(O)
XXXXXXXXXXXXXXXXXX E XXXXXXXXXXXXXXXX.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 37.344.397/0001- 49, com sede na Av. Bernardo Sayão nº 01 Centro, Município de Cariri do Tocantins – TO, representada neste ato pelo Sr. Prefeito **Elton Moreira Alves**, brasileiro, casado, Empresário, CPF 872.575.051-87 e RG 244.310 SSP/TO, residente na Avenida JJ, Setor Novo Horizonte - Cariri do Tocantins – TO, CEP 77.453-000, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço na XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX e portador(a) da Carteira de Identidade (RG) nº. XXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, de acordo com a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO, *ex-vi* do disposto no parágrafo primeiro do art. 53, da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E BUFFET EM COMEMORAÇÃO A FESTIVIDADE "DIA DAS MÃES" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 08 DE MAIO DE 2026, NO MUNICIPIO DE CARIRI DO TOCANTINS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.**

1.2. Dos preços, as especificações dos itens, as quantidades, e as demais condições são as que seguem:

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	1.620	PESSOAS	<p><u>CARDÁPIO:</u> <u>ENTRADA:</u></p> <p>SERVIR ÀS 19:00 HRS</p> <ul style="list-style-type: none"> • MINI PASTEL DE CARNE • MINI COXINHA DE FRANGO • MINI BOLINHA DE QUEIJO • QUIBE • MINI ASSADO DE CARNE • MINI ASSADO DE FRANGO • REFRIGERANTE / ÁGUA / SUCO <p>OBSERVAÇÕES IMPORTANTE: FOI CALCULADO UMA MÉDIA DE 10 UNIDADES POR PESSOA TOTALIZANDO 16.200 SALGADOS. OS SALGADOS SERÃO SERVIDO NA MESA DE FORMA COLETIVA, COM PRATARIA, (A EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR DURANTE O EVENTO UMA TRAVESSA MÉDIA OU PRATO LOUÇA BRANCA GRANDE QUE SIRVA EM TORNO DE 24 SALGADOS, PARA SER POSTO NA MESA. COM SERVIÇO DE</p>			

Prefeitura Municipal de Cariri

		<p>REPOSIÇÃO. SERÃO ESPALHADO DENTRO DO EVENTO 180 MESAS REDONDAS COM 09 CADEIRAS CADA MESA. AS BEBIDAS TAMBÉM DEVERÃO SER SERVIDAS NA MESA DURANTE TODO O EVENTO, COM SERVIÇOS DE GARÇONS.</p> <p><u>REFEIÇÃO JANTAR:</u></p> <p>SERVIR ÀS 22:00 HRS</p> <p>PRATO PRINCIPAI:</p> <p>SALADAS:</p> <p>Salada 1: Mix de Folhas (alface, rúcula, agrião, etc.)</p> <p>Salada 2: Tropical (folhas + frutas como manga, abacaxi, uva, etc.)</p> <p>ARROZ:</p> <p>Arroz Branco Soltinho- Preparação culinária à base de arroz branco tipo 1, selecionado e higienizado, cozido em água com adição de sal e temperos suaves, apresentando grãos macios, soltos e uniformes, com coloração clara e sabor neutro, ideal para acompanhamento de diversos pratos do cardápio.</p> <p>Arroz Colorido (Arroz à Grega)- Preparação culinária à base de arroz branco tipo 1, selecionado e higienizado, cozido e posteriormente enriquecido com legumes variados, tais como cenoura, ervilha, milho e pimentão, podendo conter temperos suaves e finalização com ervas, apresentando coloração diversificada, textura macia e sabor levemente acentuado, ideal para compor refeições balanceadas e visualmente atrativas.</p> <p>CARNES:</p> <p>Carne ao Molho Madeira- Preparação culinária elaborada com cortes selecionados de carne bovina, devidamente limpos e porcionados, preparados por meio de cocção adequada até atingir maciez e suculência ideais, acompanhados de molho tipo madeira, elaborado à base de caldo de carne, vinho e temperos suaves, apresentando coloração escura característica, sabor marcante e textura aveludada, sendo indicada como prato proteico principal em composições de refeições completas.</p> <p>Peito de Frango Grelhado com Verduras- Preparação culinária à base de peito de frango, devidamente limpo e porcionado, temperado com condimentos suaves e submetido ao processo de grelhamento, resultando em carne macia, suculenta e levemente dourada, acompanhado de verduras e legumes selecionados, tais como cenoura, abobrinha e brócolis, preparados de forma a preservar suas características nutricionais, cor e textura, compondo opção proteica leve e</p>		
--	--	--	--	--

		<p>equilibrada para o cardápio.</p> <p>ESTIMA-SE QUE A QUANTIDADE DE BUFFET SEJA SUFICIENTE PARA ATENDER 1.620 PESSOAS.</p> <p><u>OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:</u> A EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS DEVERÁ DISPONIBILIZAR NO EVENTO 04 (QUATRO) FRENTES (MESAS GRANDES DE BUFFET) PARA SERVI AO JANTAR, DEVENDO TER PESSOAL SUFICIENTE PARA SERVIR ATRÁS DAS MESAS, E FAZER REPOSIÇÃO. MINIMO DE 25 PESSOAS, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.</p> <p><u>SOBREMESAS:</u> Pudim- Sobremesa do tipo pudim, elaborada à base de leite, ovos e açúcar, com textura cremosa e uniforme, sabor suave e cobertura de calda caramelizada, adequada para consumo como sobremesa em refeições. Mousse- Sobremesa do tipo mousse, elaborada à base de leite ou creme, podendo ser nos sabores variados (como chocolate, maracujá ou limão), com textura leve, aerada e homogênea, adequada para consumo como sobremesa em refeições.</p> <p><u>Observação:</u> Deverá ser fornecido em porções individuais, devidamente acondicionadas em embalagens apropriadas, íntegras e higienizadas, garantindo praticidade no consumo, segurança alimentar e adequada conservação.</p> <p><u>BEBIDAS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • REFRIGERANTE COLA; 150 GARRAFAS 2L • REFRIGERANTE GUARANÁ; 150 GARRFAS 2L • REFRIGERANTE LARANJA; 50 GARRFAS 2L • REFRIGERANTE O AÇUCAR; 20 GARRFAS 2L • SUCO DE CAIXINHA 1L; 70 CAIXAS 1L • ÁGUA SEM GÁS; 20 GARRFAS 20L MINIERAL • BEBIDA CITADA LOGO ABAIXO DEVERÁ SER SERVIDA DO INICIO DO EVENTO ATÉ O FINAL. <p>ESTIMA-SE QUE A QUANTIDADE DE BUFFET SEJA SUFICIENTE PARA ATENDER 1.620 PESSOAS.</p> <p><u>OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:</u> Caberá à CONTRATADA a integral responsabilidade pelo fornecimento de todos os materiais, recursos humanos e utensílios necessários à adequada execução dos serviços durante a realização do evento, conforme descrito a seguir: a) Fornecer, às suas expensas, todos os itens de apoio ao serviço de alimentação, incluindo copos,</p>		
--	--	---	--	--

			<p>pratos, talheres e guardanapos, os quais deverão ser de material resistente, de boa qualidade e adequados ao uso em eventos. Os copos descartáveis deverão possuir capacidade mínima de 300 ml e apresentar resistência compatível com sua finalidade. Os pratos deverão ser confeccionados em material acrílico ou similar de qualidade equivalente, com diâmetro mínimo de 25 cm;</p> <p>b) Disponibilizar, às suas expensas, equipe de profissionais qualificados, incluindo cozinheiros e auxiliares, em quantidade suficiente para assegurar a adequada preparação, organização, reposição e serviço dos alimentos durante todo o evento;</p> <p>c) Fornecer, às suas expensas, todos os utensílios de apoio necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a bandejas para serviço de bebidas, bandejas para distribuição de refeições, pegadores, colheres de serviço, réchauds e demais itens indispensáveis ao pleno atendimento e à boa apresentação dos alimentos. A CONTRATADA deverá garantir que todos os itens fornecidos e serviços prestados atendam aos padrões de qualidade, higiene e segurança exigidos para eventos dessa natureza, responsabilizando-se integralmente por sua adequada execução.</p>		
2	01	SERVIÇO	<p style="text-align: center;"><u>DECORAÇÃO:</u></p> <p>A CONTRATADA será responsável pela execução completa da ambientação e decoração do evento, devendo observar rigorosamente a harmonia estética, qualidade dos materiais e a padronização visual conforme a paleta de cores definida em vermelho, dourado e bege, contemplando os seguintes itens:</p> <p>a) Decoração do hall de entrada, com ambientação acolhedora e temática, utilizando elementos decorativos compatíveis com o evento, incluindo tecidos, arranjos florais e itens ornamentais que valorizem a recepção dos convidados;</p> <p>b) Montagem de 02 (dois) estúdios de fotos completos, contendo:</p> <p>Poltronas ou sofás com capacidade para acomodar de 02 a 04 pessoas cada;</p> <p>02 (dois) painéis instagramáveis, sendo:</p> <p>01 (um) painel composto por folhagens verdes com aplicação de flores nas cores vermelho, bege e detalhes em dourado, harmonizados conforme a paleta do evento;</p> <p>01 (um) painel temático com destaque para a palavra "MÃE", devendo esta estar bem visível e em evidência, podendo ser confeccionada em material decorativo, relevo, recorte, acrílico, MDF ou similar, dispensando o uso de iluminação em LED, desde que assegure boa visualização e destaque visual;</p>		

			<p><i>Ressalta-se que constam anexas ao processo imagens referenciais para orientação quanto ao padrão estético desejado pela Administração;</i></p> <p>c) Decoração do ambiente geral, incluindo salão e tendas, com aplicação de tecidos (malhas) nas cores vermelho, dourado e bege, distribuídos de forma harmoniosa nas laterais e estruturas, garantindo unidade visual ao espaço;</p> <p>d) Paineis de fundo de palco, com dimensão mínima de 12 (doze) metros, confeccionados em tecido decorativo, contendo elementos visuais alinhados ao tema "MÃE" e à paleta de cores do evento;</p> <p>e) Arranjos de mesa, em todas as mesas destinadas aos convidados, compostos por flores naturais nas cores vermelho, bege e tons complementares, podendo conter detalhes em dourado, garantindo elegância e sofisticação;</p> <p>f) 03 (três) mesas para exposição de lembranças, devidamente forradas e decoradas conforme o padrão visual do evento, seguindo as referências apresentadas pela Administração;</p> <p>g) Mesas destinadas à sobremesa, igualmente forradas e decoradas conforme o padrão estético definido, observando as referências disponibilizadas;</p> <p>h) Disponibilização de 190 (cento e noventa) mesas redondas, com capacidade para 08 (oito) lugares cada, devidamente forradas com tecidos nas cores da paleta do evento, acompanhadas de decoração compatível com o restante do ambiente.</p> <p>A CONTRATADA deverá assegurar que todos os elementos decorativos estejam em perfeito estado de conservação, devidamente instalados antes do início do evento, prezando pela organização, estética, segurança e qualidade da ambientação.</p>		
3	01	SERVIÇO	<p style="text-align: center;"><u>SERVIÇOS:</u></p> <p>A CONTRATADA será responsável pela disponibilização de equipe suficiente e devidamente qualificada para atendimento ao público durante a realização do evento, devendo observar os padrões de organização, higiene e apresentação, contemplando:</p> <p>a) Disponibilização de 25 (vinte e cinco) garçons, devidamente uniformizados, destinados ao serviço de bebidas e alimentos diretamente aos convidados, assegurando agilidade, cordialidade e eficiência no atendimento;</p> <p>b) Disponibilização de 18 (dezoito) garçons, igualmente uniformizados, destinados ao serviço de apoio ao buffet, incluindo a reposição contínua dos alimentos nas mesas, organização dos pontos de distribuição e manutenção da limpeza e funcionalidade do espaço de serviço.</p>		

			A CONTRATADA deverá garantir que todos os profissionais estejam adequadamente apresentados, utilizando uniforme padronizado e em boas condições, bem como devidamente orientados quanto às boas práticas de manipulação de alimentos e atendimento ao público.			
VALOR TOTAL:					R\$	

1.3. OBSERVAÇÃO:

1.3.1. TODOS OS ITENS CITADOS ANTERIORMENTE, AINDA QUE NÃO POSSUAM QUANTITATIVO EXPRESSAMENTE DEFINIDO, DEVERÃO SER DIMENSIONADOS PELA CONTRATADA DE FORMA A ATENDER, COM PLENA SUFICIÊNCIA, O PÚBLICO ESTIMADO DE 1.620 (MIL SEISCENTAS E VINTE) PESSOAS, SENDO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA O CORRETO PLANEJAMENTO, FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DOS INSUMOS NECESSÁRIOS À ADEQUADA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NÃO SENDO ADMITIDA, EM HIPÓTESE ALGUMA, A INSUFICIÊNCIA DE MATERIAIS, ALIMENTOS OU ESTRUTURA.

1.3.2. OS ITENS DE DECORAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS EM PADRÃO COMPATÍVEL COM A TEMÁTICA DO EVENTO, DEVENDO SER PREVIAMENTE SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. PARA TANTO, A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E PREVIAMENTE À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, AMOSTRAS POR MEIO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS REAIS DE DECORAÇÕES JÁ EXECUTADAS, SIMILARES AO OBJETO CONTRATADO, A FIM DE COMPROVAR SUA CAPACIDADE TÉCNICA E O PADRÃO DE QUALIDADE PROPOSTO, FICANDO CONDICIONADA A EXECUÇÃO À EXPRESSA APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.

1.3.3. TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA À REALIZAÇÃO DO EVENTO DEVERÁ ESTAR INTEGRALMENTE MONTADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 02 (DOIS) DIAS DA DATA PREVISTA PARA SUA REALIZAÇÃO, NO LOCAL INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO, DE MODO A POSSIBILITAR A DEVIDA FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS. CASO SEJAM IDENTIFICADAS INCONFORMIDADES, A CONTRATADA DEVERÁ PROCEDER IMEDIATAMENTE ÀS ADEQUAÇÕES EXIGIDAS, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CABÍVEIS PREVISTAS EM CONTRATO E NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

1.3.4. O SERVIÇO DE BUFFET DEVERÁ SER INTEGRALMENTE PREPARADO, ORGANIZADO E DISPONÍVEL PARA ATENDIMENTO DENTRO DO HORÁRIO PREVIAMENTE ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, DEVENDO A CONTRATADA ASSEGURAR QUE TODOS OS ALIMENTOS E BEBIDAS ESTEJAM PRONTOS PARA CONSUMO NO MOMENTO DA ABERTURA DO EVENTO, GARANTINDO FLUXO CONTÍNUO DE ATENDIMENTO E REPOSIÇÃO DURANTE TODA A SUA REALIZAÇÃO.

1.3.5. A CONTRATADA DEVERÁ MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMUNICAÇÃO DIRETA E PERMANENTE COM OS RESPONSÁVEIS DESIGNADOS PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO, A FIM DE DIRIMIR DÚVIDAS, ALINHAR PROCEDIMENTOS E ASSEGURAR O FIEL CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, SENDO VEDADA

QUALQUER EXECUÇÃO EM DESACORDO COM AS ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO.

1.3.6. O NÃO ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES ORA ESTABELECIDAS, ESPECIALMENTE QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS, CUMPRIMENTO DE PRAZOS, PADRÕES DE EXECUÇÃO E SUFICIÊNCIA DOS QUANTITATIVOS, ENSEJARÁ A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CABÍVEIS, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E LEGAIS PERTINENTES.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar;

1.4.2. O Edital da Licitação Pregão Eletrônico SRP nº. XXX/XXXX-XXX;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

2.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)

3.1. A prestação dos serviços será de forma IMEDIATA, contados da assinatura do contrato, ou seja, a partir da assinatura do contrato, a contratada ficará obrigada a iniciar e executar os serviços conforme as condições, prazos e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e nas determinações da Administração.

3.2. Os serviços do objeto desta licitação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

3.3. A prestação do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.4. A prestação dos serviços será considerada devidamente executada somente após o recebimento definitivo, mediante atesto do gestor e/ou fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO, após verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, qualidade dos serviços prestados e conformidade com as especificações estabelecidas.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO (art. 92, V)

4.1. O valor da contratação é de R\$ (.....).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto e da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observada a ordem cronológica de pagamentos da Unidade Administrativa, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

6.1. Os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação do contratado e anuência da Administração.

6.2. Toda e qualquer repactuação deverá ser apostilada, e observará os termos da Lei 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1. O presente contrato é classificado como serviço não contínuo contratado por escopo, nos termos do Art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O prazo de vigência deste instrumento terá início na data de sua assinatura e encerrar-se-á em XX de XXXXXX de 2026, prazo este que compreende a execução integral do evento, a desmontagem das estruturas e a finalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7.3. Nos termos do Art. 111 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, desde que a demora não decorra de culpa exclusiva da Contratada .

7.4. A extinção do contrato ocorrerá após o cumprimento integral das obrigações de ambas as partes, incluindo o atesto definitivo do serviço e o respectivo pagamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Cariri do Tocantins/TO, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária	0303.0029.13.392.0150.2059– REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES, DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS CULTURAIS.
Elemento de Despesa	3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso	15000000000000 – RECURSOS PRÓPRIOS

8.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO (art. 92, IX)

10.1. Os riscos e responsabilidades entre as partes envolvidas serão mitigados de acordo com o definido no MAPA/MATRIZ DE RISCOS.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

Prefeitura Municipal de Cariri

11.1. Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

11.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

11.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

11.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

11.5. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

12.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

12.3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

12.4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

12.5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

12.6. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

12.7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

12.8. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

12.9. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

12.10. A montagem das estruturas de buffet, decoração e estúdios de fotos deverá observar rigorosamente as normas de acessibilidade (NBR 9050), garantindo rotas acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII)

13.1. A gestão do contrato, a partir da forma de execução do objeto, será acompanhada e fiscalizada por servidores nomeados e designados.

13.2. O servidor nomeado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, e deverá ainda determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133. Toda a interação com o contratado deve ser sempre documentada nos autos do processo de fiscalização.

13.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, Lei nº. 14.133/2021).

13.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119, Lei nº. 14.133/2021).

13.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, Lei nº. 14.133/2021).

13.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121, caput, Lei nº. 14.133/2021).

13.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (art. 121, §1º, Lei nº. 14.133/2021).

13.7. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133, de 2021.

13.8. A contratante irá definir listas de verificação (*checklists*) para subsidiar as ações dos fiscais e gestores de contrato, por meio da Procuradoria e/ou Controladoria Municipal, sendo esse ponto fundamental para desempenhos das funções.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

15.1.6.4. Abandonar o certame.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

15.5. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

16.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.8. A extinção contratual observará as determinações da Lei nº. 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº. 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da comarca de Gurupi/TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/21.

Cariri do Tocantins, ____ de _____ de XXXX.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXXXX
CNPJ sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXXXX
CNPJ sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF sob o nº.: _____

2- _____ CPF sob o nº.: _____

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS/TO** torna público para os interessados que realizará a seguinte licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2026-PREF**. Tipo: **MENOR PREÇO GLOBAL**. Com abertura prevista para o dia **30 de abril de 2026 às 09h00m**, visando o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E BUFFET EM COMEMORAÇÃO A FESTIVIDADE "DIA DAS MÃES" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 08 DE MAIO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL**. A licitação acontecerá através da plataforma virtual: <https://licitanet.com.br>. A cópia do Edital na íntegra poderá ser retirada no site: <https://licitanet.com.br/> e no site: <https://www.cariri.to.gov.br/Transparencia/Licitacoes/>. Maiores informações através do e-mail: cplcariri2024@gmail.com ou pelos telefones: (63) 3383-1110/3383-1165.

Cariri do Tocantins/TO, 10 de abril de 2026.

ELTON MOREIRA ALVES

Prefeito Municipal de Cariri do Tocantins/TO



Prefeitura Municipal de Cariri

 Avenida Bernardo Sayao, s/n - Centro - Cariri do Tocantins - TO CEP 77453-000  (63) 3383-1165

 prefeitura.cariri2528@gmail.com  CNPJ: 37.344.397/0001-49